

4 - Considerações finais

Eduardo Ramos Coimbra de Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA, ERC. Considerações finais. In: *Schopenhauer e os conhecimentos intuitivo e abstrato: uma teoria sobre as representações empíricas e abstratas* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 147-152. ISBN 978-85-7983-687-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após este longo período percorrido, é possível extrair algumas consequências do que fora apresentado. Se Schopenhauer quer desenvolver o pensamento de Kant, tem de partir necessariamente da distinção entre fenômeno e coisa-em-si. Desta perspectiva, dois campos de investigação se abrem para a sua filosofia: um referente ao fenômeno, outro à coisa-em-si. O filósofo não aceita a limitação imposta por Kant ao conhecimento da coisa-em-si, como também não concorda plenamente com a explicação kantiana da realidade empírica. Assim, essas duas áreas se mostram férteis para a investigação de sua filosofia.

Com relação à investigação da realidade fenomênica, Schopenhauer se coloca diante de toda uma tradição epistemológica da filosofia moderna ao trabalhar temas como fundamentação, legitimidade e extensão do conhecimento no Livro I de *O mundo como vontade e como representação*. Deste modo, o filósofo natural de Danzig ergue, partindo da revolução kantiana, uma teoria do conhecimento organizada de forma sistemática, na qual um princípio único sustenta todo o restante edifício do conhecimento e da sua possibilidade.

É possível dizer, pelo que fora desenvolvido, que a verdade fundamental do sistema schopenhaueriano de conhecimento é a relação

inexorável entre sujeito e objeto, e tudo o que o filósofo desenvolve a respeito das possibilidades do conhecimento fenomênico depende deste princípio básico. Fundamento este que leva o pensador a conceber, primeiramente, a total relatividade do mundo fenomênico, aquilo que aparece para ser conhecido, uma vez que o objeto conhecido só existe para o sujeito do conhecimento, e este para aquele. Em decorrência disso, Schopenhauer trata a bipartição do pensamento antigo, principalmente platônica, entre essência e aparência por meio de uma linguagem kantiana, o que provoca a interpretação do fenômeno como mera aparência e da coisa-em-si como essência. Logo, o mundo fenomênico, da representação, do sujeito e do objeto do conhecimento, é uma aparência, uma ilusão, pois seus termos são condicionados um pelo outro, não possuindo existência autônoma. Já a essência, que para Schopenhauer é a vontade, está livre deste condicionamento com relação ao sujeito e ao objeto.

Derivada daquele primeiro princípio, uma segunda noção básica para a teoria do conhecimento schopenhaueriana é a determinação de que todo objeto do conhecimento é regido pelo princípio de razão suficiente. O pensador alemão mostra ainda, que o referido princípio tem quatro figuras principais que devem ordenar todos os objetos conhecidos pelo sujeito, e que, ademais, não se pode confundir as figuras do princípio de razão e seus respectivos objetos.

Decorrente das duas verdades anteriores tem-se a distinção entre representações intuitivas e abstratas, os objetos a serem conhecidos pelo sujeito, e a exigência de uma faculdade de conhecimento para cada representação, pois o objeto só existe para o sujeito. As primeiras dizem respeito às condições de possibilidades da experiência e à própria experiência, enquanto as segundas referem-se aos conceitos. Desta divisão surgem os modos de conhecimentos intuitivo e abstrato, investigados pelo pensador no primeiro livro de *O mundo como vontade e como representação*.

Assim, todo o Livro I, se for lido como exposição da teoria do conhecimento de Schopenhauer e metodicamente separado do restante da obra, será determinado por essas três noções básicas. E é através do desdobramento desses elementos que o autor consegue

explicar o que entende por realidade fenomênica e a possibilidade de se conhecê-la por meio de faculdades cognitivas. Além disto, os limites de alcance das faculdades e seus respectivos objetos estarão, igualmente, de acordo com esses três princípios.

É possível afirmar, ainda, que se o objeto existe somente para o sujeito, o primeiro princípio da teoria do conhecimento do filósofo, com a diferenciação entre representações surge uma modificação no sujeito do conhecimento, denominada de faculdade de conhecer, responsável por cada objeto, ou cada classe de representação. As representações intuitivas, por sua vez, se dividem em puras e empíricas, e suas faculdades próprias são sensibilidade pura e entendimento, respectivamente; já as representações abstratas têm por faculdade cognitiva a razão. Contudo, de acordo com o segundo princípio, todas as representações devem ser regidas pelo princípio de razão em alguma de suas figuras, o que torna as representações ordenadas segundo sua classe própria.

Assim, tem-se a divisão do conhecimento em intuitivo e em abstrato. O conhecimento intuitivo relaciona-se somente com as representações intuitivas puras e com as empíricas. As representações intuitivas puras são as condições de possibilidade da experiência, espaço e tempo, logo, não são abstraídas da experiência, são formas *a priori* da própria sensibilidade. Schopenhauer neste ponto segue retamente Kant; todavia, essas representações são determinadas pelo princípio de razão, que no espaço é a determinação da posição, e no tempo, sucessão. O conhecimento proporcionado por estas formas puras, sem conteúdo empírico algum, é intuitivo porque é direto, logo, não derivado, nem mediato. As certezas de que, no espaço as posições se determinam reciprocamente, e de que no tempo seus instantes são sucessivos, são reconhecidas imediatamente, sem que seja necessária experiência, pelo contrário, é a experiência que se molda por estas formas puras e suas leis regidas pelo princípio de razão. O conhecimento de tempo e espaço como formas *a priori* é, então, intuitivo, mas restringindo-se meramente à forma e não ao conteúdo da experiência.

Além das intuições puras, o conhecimento intuitivo também se compõe das representações intuitivas empíricas. Novamente faz-se

valer a primeira verdade da teoria do conhecimento de Schopenhauer, isto é, o objeto só existe para o sujeito. Neste caso o objeto é a representação empírica, a que corresponderá o entendimento como faculdade própria do sujeito. Aqui também o princípio de razão deve conduzir, mas agora como lei de causalidade. Esse conhecimento é intuitivo porque o entendimento aplica a lei de causalidade imediatamente às impressões sensoriais, colocando um objeto num espaço e tempo determinados como causa das mudanças nos órgãos dos sentidos. Assim, o entendimento cria a experiência diretamente ao relacionar um efeito, a sensação, a uma causa, o objeto externo. Modo esse de conhecimento que não é mediato, discursivo e nem reflexivo, pois o entendimento não realiza vários atos cognitivos intermediários para chegar à intuição empírica, mas aplica a lei de causa e efeito imediatamente às impressões. Logo, o conhecimento intuitivo do entendimento está ligado à realidade empírica, não alcançando nenhum objeto transcendente.

Ao conhecimento abstrato liga-se exclusivamente a razão. Neste caso, os objetos do conhecimento são as representações abstratas, os conceitos, e ao sujeito que as conhece a faculdade própria é a razão. Também aqui o princípio de razão deve governar, determinando que toda representação abstrata deriva-se de outra representação, conseqüentemente, tal modo de conhecer sempre será mediato, discursivo, indireto, pois uma representação abstrata procede sempre de outra, que pode ser abstrata, mas não ao infinito, uma vez que deve encerrar-se em uma intuitiva. Por conseguinte, o conhecimento por conceitos nunca será direto, independente, imediato como o intuitivo. Além disso, o conhecimento abstrato por ser derivado do intuitivo e apenas lhe conferir outra forma não proporcionará nenhum conhecimento transcendente.

Com esta caracterização sistemática dos modos de conhecer, das representações e de suas faculdades próprias, podemos afirmar que Schopenhauer oferece uma explicação própria para a realidade fenomênica, pois ela se torna compreensível na medida em que se enquadra nas bases de sua teoria do conhecimento. Quando se trata do mundo como representação, seus aspectos são compreendidos

pelos dois modos de conhecimento: o intuitivo ou o abstrato, por meios das faculdades de conhecimento intituladas de sensibilidade, entendimento e razão, através de seus respectivos objetos, as representações intuitivas puras, empíricas e as abstratas, dirigidas pelo princípio de razão em uma de suas quatro figuras. No mundo da representação, empírica ou abstrata, tudo deve se resolver a partir destes fatores.

Ademais, podemos inferir que Schopenhauer atribui sentidos claros para as faculdades do entendimento e da razão. Uma das críticas que Schopenhauer faz a seus predecessores é que não definiram com clareza e firmeza estas faculdades. Com relação ao entendimento o alvo é Kant, no qual o filósofo acredita ter encontrado uma contradição na sua concepção desta capacidade cognitiva. Portanto, a concepção schopenhaueriana de entendimento procura solucionar o equívoco kantiano, qual seja, a negligência deste ao explicar a intuição empírica. Assim, Schopenhauer formula sua noção de entendimento como aplicação da lei de causalidade, sua única função, e que tem como finalidade explicar como se dá a intuição empírica, o que leva o filósofo a identificá-lo como a faculdade responsável pela compreensão da realidade empírica.

Por outro lado, a explanação de Schopenhauer para a razão visa resolver a falta de unidade dada pela tradição filosófica a esta faculdade. Para o filósofo, todos sempre reconheceram perfeitamente os resultados observáveis da razão, entretanto, ninguém havia dado uma definição única que englobasse todos esses resultados. Acrescente-se a isso que, segundo o autor alemão, a razão é a faculdade de formação dos conceitos e tudo o que ela pode fazer é conhecer por conceitos. Sua maneira de conhecer é responsável por produzir a ciência, conhecimento abstrato organizado sistematicamente e que acaba por ser exclusivamente uma facilitação para o conhecimento e a vida humanos.

E, adicionalmente, as representações são capazes, no mundo fenomênico, de influenciar a conduta dos seres humanos oferecendo motivos para as suas ações. No mundo como representação tudo deve estar submetido ao princípio de razão, inclusive a conduta humana,

que neste campo da investigação filosófica é guiada necessariamente por motivos. Os motivos são os objetos dados pelo conhecimento para guiar o agir do sujeito, e que no caso dos humanos podem ser empíricos, representações do entendimento, e abstratos, representações da razão. Assim, a razão proporciona a capacidade dos seres humanos de agirem determinados por leis, princípios e regras abstratas, que retiram o ser humano das determinações meramente imediatas do instante. Logo, o ser humano, quando tem uma compreensão global do mundo ou da vida, pode planejar sua ação racionalmente em acordo com este conhecimento abstrato. Todavia, isto está longe de transformar a razão no princípio ético por excelência, pois a capacidade de estabelecer princípios firmes serve tanto para praticar boas ações, quanto más.

Finalmente, é possível perceber que a teoria do conhecimento de Schopenhauer é sistemática e geral. É sistemática, porque, ao modo da ciência, tem um princípio primeiro de onde se derivam outros mais específicos e que garantem, no mundo da representação, uma compreensão plena de seus fenômenos. E geral, pois explica não só os fenômenos e suas relações, mas também a própria possibilidade do sujeito de conhecê-los.